

ARTIGO

REPRESENTAÇÕES CIDADINAS: ASPECTOS DO
DESENVOLVIMENTO URBANO E DAS TRINCHEIRAS
ESPACIAIS EM BOA VISTA-RR

Resumo

Esse texto é um recorte da pesquisa intitulada “Fronteiras e Amazônia: Aspectos urbanos e Representações Cidades”, realizada na cidade de Boa Vista-Roraima-Brasil. Elegeu-se como objeto dois aspectos na cidade, um bairro e uma manifestação cultural. Os dois elementos foram analisados na perspectiva que tanto o material quanto o imaterial estão em processo de transformação, saindo de um modelo de sociedade pautada nos valores rurais para o modelo de sociedade amparada pelas necessidades dos elementos urbanos. Apontou-se como o processo de trincheiras espaciais simbólicas são produzidas a partir das habitações em uma área de vulnerabilidade social e, por fim, explanou de forma breve a prática da quadrilha junina em Boa Vista, como esta manifestação cultural também sofreu mudanças do mercado cultural.

Palavras-Chave: Cidade; Cultura; Simbólico; Trincheiras.

Abstract

This text is a cut of the research entitled “Frontiers and Amazon: Urban Aspects and Urban Representations”, conducted in the city of Boa Vista-Roraima-Brazil. Two aspects in the city were chosen as objects, a neighborhood and a cultural manifestation. The two elements were analyzed from the point of view that both the material and the immaterial are in process of transformation, leaving a model of society based on rural values for the model of society supported by the needs of the urban elements. It was pointed out how the process of symbolic spatial trenches are produced from the dwellings in an area of social vulnerability and, finally, briefly explained the practice of a traditional dance, called Quadrilha Junina, in Boa Vista and how this cultural manifestation also suffered changes in the cultural market.

Keywords: City, Culture, Symbolical Spatial Trenches

* Elaborador, coordenador da pesquisa e texto. Agradeço as contribuições das bolsistas de iniciação científica Aline Cândida da Silva, Náíades da Mota Lima e Thainara Brito Santos

** Bolsista de Iniciação Científica 2013-14

*** Bolsista de Iniciação Científica 20014-15

Introdução

Esse texto tem como objetivo fazer uma interlocução e/ou aproximação de três sub-projetos da pesquisa intitulada “Fronteiras e Amazônia: Aspectos Urbanos e Representações Cidades”, utilizando como elemento de convergência a relação rural/urbano.

A discussão inicia-se com uma breve análise dos conceitos de espaço, cidade e lugar explicitando os pressupostos teóricos que norteiam essa pesquisa e demonstrando que a cidade está sempre em transformação. Parafraseando Milton Santos “quanto mais os territórios são cortados por estradas, tanto mais a produção e os homens se concentram em poucos lugares. A cidade é um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação” (2009, p. 114). Com base nesse pensamento que as noções de espaço e cidade aqui apropriadas concebem as esferas materiais e imateriais da ocupação do território. Os homens constroem as cidades e dão vida a elas, assim sendo, a cidade é prática e simbólica, se retirar o homem dela a mesma se torna ruína.

Deve-se considerar que para compreender as articulações da esfera econômica, política e cultural na cidade, faz-se necessário resgatar a formação histórica da mesma, pois o passado encontra-se também no presente com outras roupagens. Partindo desse pressuposto, como segundo tópico desse texto abordou-se aspectos do desenvolvimento histórico da cidade de Boa Vista, demonstrando na historiografia o processo de colonização e transformação do território. Ressaltou-se também a formação da cidade, a qual decorreu da transição de um lugar habitado pelos povos indígenas transformando-se cada vez mais em uma cidade que incorpora as demandas urbanas.

Na sequência, são apresentados recortes dos subprojetos no tópico “Fronteiras e Cultura”. Diante disso, procurou-se sintetizar as discussões da pesquisa em tópicos separados, correndo-se o risco de parecerem tópicos estanques desarticulados do texto, contudo, a discussão em seguida intitulada “representações cidades”, explicita com coerência a interlocução dos elementos conceituais, dos aspectos históricos locais com a discussão dos subprojetos.

Dessa forma, tem-se que em um mesmo bairro foi realizado dois subprojetos com os objetivos bifurcados, sendo que em um deles buscou investigar a representação dos moradores no tocante a segregação habitacional considerando a área ocupada em situação de catástrofe socioambiental; e o outro buscou analisar o simbolismo da habitação. Nos dois subprojetos a situação de fronteira socioeconômica foi prio-

rizada como objeto de análise, levando-se em consideração a imagem negativa do local em contraposição a utilidade e facilidade dessas fronteiras estarem localizadas próximas ao centro comercial da Cidade.

No que tange ao terceiro subprojeto buscou-se analisar a influência da quadrilha junina no processo de formação de identidade dos sujeitos, entretanto foi percebido um processo de transformação da quadrilha junina, no qual ela deixa de estar vinculada a tradição rural para se transformar em espetáculo competitivo. Tanto o bairro quanto a quadrilha junina tiveram influência, ou se originaram, de um modo de vida assentado nos valores da vida rural e presentemente estão incorporando os valores da vida urbana. Isso se explica, porque no histórico da cidade de Boa Vista, capital fronteira, pode ser identificado três grandes períodos de migração populacional com pessoas oriundas de outros Estados brasileiros e até países para o Estado de Roraima, os quais ocorreram nas décadas de 1940, 1970 e nas décadas de 1980-1990.

Tais migrantes foram seduzidos pelos projetos políticos de ocupação da Região Norte, nos quais recebiam glebas de terras para assentamento e/ou desenvolvimento agropecuário. Após a década de 1990, a demanda pelo trabalho no serviço público se tornou o principal motivo da migração. Entretanto, de acordo com o IBGE (2000) a população de Boa Vista, até meados de 1980, em torno de 70 % vivia no campo e a grande maioria dos indígenas nas malocas. Após 1990, o fluxo de migração e (intra) migração voltou-se para a capital Boa Vista, fazendo com que cerca de 70% da população do Estado atualmente viva na capital, Boa Vista.

Contudo, por ser esse processo recente, inferimos que os valores da vida rural estão em transição para os valores da vida urbana. As novas necessidades do urbano deixam as relações na cidade mais difusas, os lugares hierarquizados e as necessidades de consumo mais premente. Sendo assim, esse texto traz o argumento de que a vida na cidade – material e imaterial – sobrepõe os modos de vida e tende a uma padronização do comportamento ocultando as diferenças regionais.

Noções de Espaço e Cidade

No transcorrer da história a humanidade vivenciou diversos tipos de cidade, de acordo com Lefebvre (2001). Nesse sentido, houve a cidade oriental, a cidade arcaica, a cidade medieval, a cidade industrial, entre outras. Cada sociedade estruturada em um modelo político, econômico e cultural desenvolveu modos de vida diferenciados, pois os valores, as tradições, a organização do espaço tem estreita relação com a cultura e o ambiente em que se vive. Nessa visão, a sociedade ao

se transformar também transforma os lugares, logo “a cidade, enquanto realização humana é um fazer-se intenso, ininterrupto” (CARLOS, 2009, p. 67). Ela se associa com as imagens do inacabado, pois modifica o que já está produzido para ganhar novas formas. O fazer humano é o que produz a cidade, dá alma a ela, o que faz com que a mesma se atualize temporalmente.

Para Lynch (2006), a cidade não é imutável, pois mesmo que seja estável por algum tempo, ela está sempre se modificando nos detalhes. Conforme este autor “só um controle parcial pode ser exercido sobre seu crescimento e sua forma. Não há resultado final, mas apenas uma contínua sucessão de fases” (2006, p. 2). Assim, o autor elucida que a cidade não é apenas um amontoado de edificações e pessoas, ela é forma e conteúdo, é visível e invisível, pois cada monumento, praça, edificação e ruas são produções de sentidos e carregam uma história.

Destaca-se ainda que a cultura de uma sociedade se expressa nas edificações e na forma de organização dos espaços citadinos. Lynch (2006), salienta que na cidade cada pessoa tem diversas associações com algum lugar e, a imagem de cada um, carrega lembranças e significados do lugar e dos objetos que compõem o cenário da vida. Sendo assim, os elementos móveis de uma cidade, ou seja, as pessoas e suas atividades são tão importantes quanto às partes físicas (casas, prédios, monumentos, etc). Não somos só observadores da cidade, fazemos parte dela. Além disso, segundo o autor, existe uma imagem pública da cidade que é a junção de várias imagens individuais. Cada imagem individual é singular ao indivíduo, porém ela se aproxima da imagem pública.

Por sua vez, retomando a perspectiva da etiologia da cidade, Carlos (2009) postula que a cidade se origina em um determinado momento da história da humanidade e vai se constituindo ao longo do processo histórico. Conforme a autora, durante esse processo a cidade vai ganhando materialização concreta e diferenciada em função de determinações históricas específicas. Ressalta que a cidade é uma eterna construção de lugares e sentidos. Adotando essa concepção, a autora nos “permite pensar o espaço geográfico enquanto produto das relações entre a sociedade e a natureza” (2009, p. 57).

Destarte, o espaço só se constitui como produto humano na medida em que o homem tem condições de transformar a natureza e produzir algo diverso dela a partir do seu processo de trabalho, pois a cidade é produção no espaço. Nesse mesmo sentido, Santos (2008) afirma que “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais” (p.78).

Então como pensar a cidade de Boa Vista? Uma cidade no extremo norte do Brasil, na tríplice fronteiras (Brasil, Venezuela e Guiana Inglesa) com a influência de

várias culturas nacionais e internacionais. Como caracterizá-la?

Conforme Higuchi e Lemos (2013) o espaço é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento e é pensado não apenas pelos seus aspectos físicos, mas também pelos aspectos sociais e culturais. Baseada em Bonnemaison, Vasconcelos (2007) diferencia três tipos de espaço: o estrutural, o vivido e o cultural.

O primeiro se refere ao espaço objetivo que possui ordem e estrutura definida por cada sociedade de acordo com as finalidades, funções e nível tecnológicos próprios. Tal espaço é experienciado de forma diferente por cada sociedade, grupos e indivíduos dando origem ao espaço vivido, que por sua vez, é “formado pela soma dos lugares e dos trajetos usuais a um grupo ou a um indivíduo. Podemos denominar de espaço subjetivo construído no cotidiano ligado a um estatuto e a um comportamento social” (IBIDIM, p. 143). Por fim, o espaço cultural envolve e transcende o espaço vivido. É simbólico por ser carregado de um conjunto de signos e valores (VASCONCELOS, 2007).

Tuan (1983) trabalha com os conceitos de espaço e lugar através da perspectiva da experiência¹. Para o autor, o espaço remete à ideia de amplidão, movimento e liberdade enquanto o lugar se relaciona com a ideia de objeto, segurança, estabilidade e proximidade - estamos ligados a um (lugar) mas desejamos o outro (espaço). Para Tuan (1983), “espaço é mais abstrato que lugar” (p.6). Segundo o autor, o que começa como espaço indiferenciado vai se transformando em lugar conforme conhecemos e atribuímos valor à ele.

O homem organiza o espaço para ajustá-lo a suas necessidades biológicas e relações sociais. Além disso, a forma de experienciar um lugar pode ser direta e íntima ou indireta e conceitual, mediada por símbolos. Por exemplo, podemos conhecer nossa casa intimamente e conhecer apenas algo sobre o nosso bairro. Aqui, nos apropriamos da noção de lugar de Tuan, para inferir que, os espaços da cidade de Boa Vista antes espaço vivido dos povos indígenas se transformaram em espaços planejados (LEFEBVRE, 2001), organizados por grupos multiculturais e atravessados pelo processo de consumo. Assim sendo, houve uma fusão de elementos culturais, mas na ocupação do território da cidade, podemos localizá-los nos lugares em uma estreita relação de quem mora lá e de onde vieram.

Diante do exposto, a cidade é multiplicidade das culturas em movimento entre si, tal movimento suprime ou destaca elementos que as compõem: como os hábitos, as crenças, as artes, os rituais e outros. Alguns desses são suprimidos, mas não excluídos, desaparecendo da configuração da cidade como um todo e, é possível encontrá-

¹ Para Tuan (1983) “Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras através das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (p.9).

-lo somente no grupo de origem em localidades específicas. No revés determinados elementos se conjugam com outros como a culinária e as danças típicas, esses sofrem as influências regionais, mantendo se o nome e a base, mas se acrescentam os ingredientes regionais para atender o gosto popular local.

Pol e Valera (1999 apud PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009) afirmam que para um determinado espaço se tornar um lugar simbólico deve ocorrer um processo de apropriação e significação. Para Tuan (1983) a maneira como cada um vai experienciar os espaços torna-se importante durante o processo de apropriação e significação.

Conforme Pol e Valera (1999 apud PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009), existem dois tipos de processos de apropriação do espaço: um *a priori* e outro *a posteriori*. Segundo os autores, a apropriação *a priori*, na maioria das vezes, são as ações governamentais que tem por objetivo promover a criação ou transformação de um espaço para torná-lo simbólico com um significado predefinido. De acordo com estes, esses espaços podem ou não serem incorporados pela população e se tornar um elemento simbólico compartilhado. A exemplo, podemos citar a praça Airton Senna em Boa Vista, complexo esportivo e cultural da cidade frequentado pela população durante todo o ano. Com isso, percebeos que a intervenção do poder público produziu um espaço funcional, mas sobretudo um espaço de representações simbólicas.

Já a apropriação *a posteriori* se refere aos espaços que ao longo do tempo e do uso foram se tornando referências no cotidiano de uma determinada coletividade, ou seja, espaços que se tornaram lugares comuns e com significados devido a uma interação das pessoas com o ambiente. No caso da cidade de Boa Vista, podemos citar os diversos banhos de rios e igarapés, bem como as e feiras livres que acontecem no município.

Com base nesses estudos, pode-se considerar que os indivíduos atribuem significações diferentes das que foram pensadas para um espaço planejado (NEVES, 2010). Contudo, essas significações podem sofrer um ofuscamento, se o valor de troca do espaço superar o valor de uso. Ponte, Bomfim e Pascual (2009) ressaltam que é importante entender essa relação de apropriação/significação dos espaços e lugares não como uma mera ocupação física e sim como produção de signos históricos e culturais. Baseados em Bakhtin, estes autores afirmam que os lugares, espaços e até os não-lugares² “são todos construídos ideologicamente e respondem, consequente-

² Os não-lugares, ao contrário do lugar, não se definem como identitários, relacionais ou históricos. Eles seriam os espaços de passagens preenchidos com signos previamente determinados e controlados. São constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer). (AUGÉ, 2007 apud PONTE; BOMFIM; PASCUAL, 2009).

mente, a interesses sociais dos grupos humanos que sustentam sua construção, manutenção, reprodução e transformação” (p. 349). Ao nosso ver os interesses sociais são orientados na sociedade urbana pelo interesse do capital.

Antecedentes Históricos da cidade de Boa Vista

Segundo Vieira (2007), as primeiras informações que se tem acesso acerca da Amazônia como um todo, são provenientes do século XVII. São relatos do Jesuíta Christobal de Acunã, cronista oficial da primeira viagem de Pedro Teixeira pelo Rio Amazonas. Tal viagem marcou a presença da Igreja Católica na região, passando a ser definitiva a partir de 1653, distanciando-se cada vez mais do Rio Amazonas e aproximando-se do Rio Branco e outros afluentes.

Vieira (2007), afirma que a igreja católica era aliada ao Estado português, o que facilitou a dominação dos portugueses na região. No entanto, num primeiro momento, houve conflito entre a igreja e os colonos e, posteriormente, entre igreja e Estado. Em todas as ocasiões, os motivos estavam ligados ao controle dos povos originários/indígenas. Dentre as extrações que ocorriam na Amazônia, o que mais interessava aos colonos era a mão de obra indígena e pensando nisso, a Coroa portuguesa enviava constantemente dois missionários aos sertões onde estavam os holandeses, para descenderem os índios às aldeias do Rio Negro, estabelecendo-se, assim, além de uma escravização que dava lucros, a própria demarcação do território, o que atestava os limites de seu domínio.

Conforme Assis et al (1987), o sr. Inácio Lopes de Magalhães fundou a fazenda Boa Vista, à margem do rio Branco. Segundo Miranda (2003) a fazenda Boa Vista passou a ser ponto de referência na região e após a proclamação da República foi criado o município de Boa Vista do Rio Branco, de acordo com a Lei nº 92, de 09 de novembro de 1858, com o território desmembrado posteriormente do município de Moura, atual Estado do Amazonas. Nesses trâmites, a Freguesia foi elevada a categoria de vila, com a denominação de Vila Boa Vista do Rio Branco pelo decreto nº 49, de 09 de Julho de 1890, conservando os limites da antiga freguesia.

Foi no ano de 1926 que a vila ganhou status de cidade, devido às políticas de colonização, proteção e desenvolvimento da Amazônia Setentrional. Mussato (2011) afirma que, nesse período, Boa Vista era um pequeno aglomerado populacional, constituída por três ruas paralelas ao rio e com poucas unidades construídas. O autor esclarece que, através de relatos de viajantes à região, pode-se compreender como

eram as condições de vida dos que habitavam em Boa Vista na primeira metade do século XX.

Conforme Rice (1978, apud MUSSATO, 2011), dentre os agrupamentos formados junto ao rio, Boa Vista era a única que merecia ser chamada de vila em meados de 1924. Assim sendo, à época Boa Vista contava com 164 casas e uma população de 1200 habitantes. A maioria das habitações eram de pau-a-pique e a população era composta por portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa.

Entre os anos de 1890 e 1943 o crescimento urbano de Boa Vista estava ligado a questões geoeconômicas em virtude das atividades agropecuárias e de mineração. Sua economia era baseada na criação de gado, principalmente para abastecer o mercado do Estado do Amazonas e do Pará, e na agricultura de subsistência para consumo interno. Havia muita dificuldade no acesso à outras cidades, por isso o transporte de alimentação e de outros bens materiais para abastecer Boa Vista eram feitos por via fluvial (VERAS, 2009). Essa dificuldade de acesso também influenciou na localização das residências e do comércio, que ficaram próximos a margem direita do rio Branco, tendo em vista que somente pelo rio era possível o transporte da produção para outros Estados.

Segundo Assis et al (1987) até o início do século XX, a população era pequena e as migrações para Boa Vista eram poucas, todavia, a falta de moradia no nordeste brasileiro aliada ao ciclo da borracha no Estado do Amazonas, fez com que crescesse o número de migrantes aumentando, desta forma, a população em Boa Vista.

Com relação à arquitetura da cidade, as casas eram constituídas, em sua maioria, de taipa ou madeira, sendo raro encontrar casas de alvenaria. A iluminação das casas era feita com carbureto e querosene, vindos da cidade de Manaus, ou gordura de gado e óleo de mamona, produtos nativos. Quanto à concentração demográfica do município de Boa Vista, esta foi marcada pelo margeamento do rio Branco, tendo a organização espacial em torno da sede da fazenda Boa Vista, Igreja Matriz e Hospital Nossa Senhora de Fátima.

Veras (2009) ressalta que foi a partir de 1943, com a transformação da área em Território Federal do Rio Branco³, que ocorreu uma mobilidade crescente de pessoas oriundas do interior. Além disso, a cidade de Boa Vista passou a ter independência político-administrativa e tornou-se a capital do novo Território. Nesse período, ocorreu também um enorme fluxo migratório de outras regiões do país para a cidade. Conforme o autor, muitas vezes essa mobilidade era auxiliada por governadores

³ Devido a existência do Território Federal do Rio Branco no Acre, no dia 13 de setembro de 1962, através do Decreto – lei 4.182, ocorreu a mudança no nome para Território Federal de Roraima. (VERAS, 2009).

da época que almejavam transformar a capital do Território Federal do Rio Branco em um centro urbano administrativo.

No que concerne à esse período, Mussato (2011) afirma que a população da cidade de Boa Vista ainda era reduzida, no entanto, “a função administrativa que passou a exercer a partir da criação do território, proporcionou-lhe investimentos que contribuíram para aumentar seu poder de atração em relação aos demais núcleos populacionais da região” (p. 61).

De acordo com Veras (2009) após a criação do Território Federal do Rio Branco, o Governo Federal deu início à políticas de desenvolvimento urbano, para que houvesse um controle político, econômico e estratégico da fronteira. Um exemplo dessa ação do governo foi a elaboração do Plano Urbanístico no período de 1944 a 1950 pela firma carioca Riobras do engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson. Conforme elucidações do autor:

“A proposta era que a cidade tivesse um traçado de integração urbana, isto é, radial concêntrico, em que, na praça circular, reuniam-se os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e de onde partiam as radiais, extremamente largas, para norte, sul e oeste (...). O referido traçado foi ideia do então Governador do Território Capitão Êne Garcez dos Reis, que se inspirou no traçado urbano de Belo Horizonte” (p. 95).

Veras (2009) afirma que a implantação desse plano urbanístico teve importância fundamental no processo de construção de Boa Vista, pois trouxe à cidade um novo arranjo espacial na sua paisagem. Com sua implantação ocorreram as primeiras infraestruturas planejadas, como saneamento básico da cidade, construção de escolas rurais, matadouro público, praça, entre outros. Além disso, como indica o autor, o plano urbanístico também contribuiu para geração de empregos para os munícipes, embora a maioria da mão-de-obra utilizada na execução das obras tenham vindo de outros Estados, em função da escassez de trabalhador disponível na cidade:

(...) os homens da cidade viviam do garimpo e, por isso, não havia mão-de-obra disponível em Boa Vista. Existia uma lenda que dizia: “O garimpeiro que utilizasse as mãos para trabalhar em outra atividade que não fosse o garimpo nunca mais encontraria ouro ou diamante”. Situação que dificultava o processo de execução das obras” (p. 104).

Nesse momento histórico se percebe a tentativa do Estado em implantar um planejamento que transformaria a circulação, os fluxos de direcionamentos e a economia do município. Só mais tarde, com a implantação de um projeto urbanístico, é que houve a transformação dos modos de vida rudimentar da capital.

Conforme informações de entrevista cedida ao Jornal A Gazeta de Roraima (1991, apud VERAS, 2009), o engenheiro Darcy Aleixo Derenusson relatou que o sucesso da implantação do plano urbanístico se devia ao fato de que antes de iniciarem as obras de construção, foram feitas as obras nas redes pluviais e de esgotos sanitários. Acrescentou também, que na década de 1970, Boa Vista foi apontada como a cidade que tinha a melhor qualidade de vida do Brasil.

Apesar desses pontos positivos, o fato do plano urbanístico não abranger toda a cidade, mas apenas uma parcela dela, resultou em um acesso desigual das pessoas à cidade, provocando uma diferenciação no espaço ocupado. Em uma entrevista cedida a Freitas (1993, apud VERAS, 2009), o Capitão Êne Garcez discorreu sobre a limitação do traçado escolhido, afirmando que o sistema radial-concêntrico só poderia crescer até um determinado ponto, uma vez que na proporção que ele foi crescendo, foi gerando problemas de ligação da periferia com o centro. Conforme o ex-governador, no projeto esse crescimento deveria ir apenas até a avenida grande circular, a partir daí deveria ter sido feito um novo plano urbanístico, o que não ocorreu.

Outro fato importante durante a implantação do plano é que em função das crises políticas nacionais, os interesses particulares das elites locais e mudança constante de governadores, fez com que o plano urbanístico da cidade não fosse executado no período previsto, que foi entre os anos de 1944 a 1950. Apesar de ter passado diversos governadores pelo Território, poucos contribuíram para o seu desenvolvimento. Assim sendo, a produção do espaço foi marcada pelos interesses dos governadores que concentravam o poder e pelos interesses das famílias influentes da época - que eram os que mais possuíam terras urbanas na cidade (VERAS, 2009).

Já no ano de 1988 houve a transformação do Território Federal para Estado. Com essa mudança, a cidade passou a ter autonomia político-administrativa e o prefeito passou a ser eleito pelo povo e não mais indicado pelo governador. Com essa transição, podemos constatar que na década 1980, houve uma aceleração na ocupação do espaço da cidade, invertendo o quantitativo entre a população urbana e rural. Na década de 1990, o índice de crescimento urbano de Boa Vista chegou a 4% ao ano e a taxa de urbanização passou de 78,04% para 98,27% entre 1991 e 2000. Dentre as consequências desse rápido crescimento, estavam: aparecimento de bairros periféricos com péssimas condições habitacionais, ocupação de áreas de proteção e risco ambientais, aumento da demanda por serviços públicos e alto índice de desemprego e informalidade (COHRE, 2005-2006 apud VERAS, 2009).

Conforme Veras (2009), em 1989 a cidade de Boa Vista não possuía um plano de desenvolvimento urbano. Sua expansão ocorria de forma desordenada, sem nenhum planejamento que orientasse o uso e ocupação do solo urbano, em especial, algum que respeitasse o meio ambiente. Com isso, foi elaborado um plano diretor para nortear uma política de desenvolvimento urbano, porém só no ano de 1991 que a lei N° 244, referente ao plano diretor da cidade de Boa Vista foi publicada. O autor ressalta que, durante a elaboração do plano, não houve nenhuma consulta à população e nenhum estudo da cidade que diagnosticasse quais eram as reais necessidades da cidade para promover um desenvolvimento de forma ordenada.

Somente após quinze anos, em 2006, é que o plano diretor da cidade foi reformulado, tendo como objetivo principal garantir o direito de todos à cidade. Diferente do que ocorreu em 1991, na elaboração do novo plano diretor foi dado “ênfase na sustentabilidade ambiental-urbana com a participação da população em conjunto com a prefeitura, objetivando realizar um leitura socioespacial da cidade e propor soluções coerentes para cada fração da cidade” (VERAS, 2009, p. 184).

Dessa forma, pode-se concluir que os fluxos migratórios para o Estado de Roraima se intensificaram na década de 1980 e, nessa mesma década, a população rural representava cerca de 70% da população do Estado, essa porcentagem se inverteu nesses 34 anos. Atualmente, o estado é constituído por 15 municípios, sendo a capital a cidade de Boa Vista. Segundo dados do Censo 2010, 76,6% da população roraimense encontram-se na área urbana e 24,5% na zona rural. Conforme a Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN) em 2012 Boa Vista concentrava 63,32% da população total do Estado e era responsável por 72,83% do Produto Interno Bruto estadual.

Diante do exposto, onde encontrar o modo de vida rural nesse processo secular de forjamento do urbano? Hoje, a população do Estado, majoritariamente se concentra na capital - poucos ficaram no campo, contudo podemos indagar que o urbano em formação se recheia de elementos rurais vinculados as manifestações culturais e ao modo de vida de cada indivíduo, pois muitos migrantes de outros Estados provinham de áreas rurais. Esses somaram aos moradores das áreas rurais do Estado de Roraima que buscaram na capital melhor qualidade de vida.

Desta forma, na formação da capital Boa Vista, houve a inversão da população rural para urbana, e a explicitação do processo histórico e a discussão do espaço citadino, nos permite alguns apontamentos parciais da pesquisa “Fronteiras e Amazônia: Aspectos urbanos e representações citadinas”, como segue abaixo.

O Material

O trecho a seguir aborda as discussões de dois subprojetos: Um estudo do simbolismo habitacional de moradores da área Francisco Caetano Filho; Um estudo da representação de moradores da área Francisco Caetano Filho. Tal área, popularmente, conhecida como Beiral, foi um dos primeiros bairros de Boa Vista formada por pescadores. Atualmente ainda possui uma Associação de Pescadores, esses vendem verduras, frutas e peixes em uma área adjacente ao bairro.

O bairro fica anexado ao centro da cidade, na margem do Rio Branco e possui três ruas. O local não possui equipamentos urbanos; na rua conhecida como Beiral, as casas são todas de madeiras e ficam projetadas em cima do rio. Geralmente possuem um cômodo sem divisão interna e com mais de uma casa no mesmo terreno, além disso, não há saneamento básico e serviços de saúde.

Existe um fluxo intenso de pessoas usando drogas na rua, e, devido a isso, o lugar carrega o estigma de ser ponto de uso e venda de drogas na cidade. Ademais, a área é conhecida por ser ponto de prostituição. Como consequência, os moradores são discriminados por residirem em tal local, chegando ao ponto de não conseguir emprego após informar seu endereço, devido à ideia da população em geral de que quem mora no Francisco Caetano Filho é ladrão, prostituta ou traficante de drogas.

A imagem construída do bairro é permeada pela representação de um conjunto de casas em situação de risco. Conforme Neves (2016), o objeto casa tem uma centralidade no processo de construção da representação do bairro. É ele que orienta as primeiras impressões e conseqüentemente juízos do bairro. Para o autor, o objeto casa tem uma perspectiva funcional e simbólica, que orienta o morador local e também o visitante acerca da imagem do bairro. Nas entrevistas das pesquisas realizadas no Beiral, percebeu-se que o objeto casa, para os entrevistados, vai além do abrigar-se das manifestações climáticas (sol, chuva, ventos, etc.). As casas lhes dão condições de renovar sua força de trabalho pelo repouso físico e mental, é o lugar da renovação, do abrigo do corpo, do trabalho e das práticas culturais.

A casa evocou conteúdos da memória a partir da experiência do *espaço vivido*⁴. Uma das entrevistadas relatou lembranças de sua infância, adolescência e início da vida de casada ao falar de sua residência. A entrevistada lembrou que a atual casa,

⁴ Conceito baseado em Vasconcelos (2007) que define espaço vivido como “formado pela soma dos lugares e dos trajetos que não são usuais a um grupo ou a um indivíduo, espaço subjetivo a seu cotidiano ligado a um estatuto e a um comportamento social” (p. 147-148).

foi a primeira que morou quando chegou na cidade de Boa Vista, local onde passou uma infância difícil, pois teve que trabalhar para ajudar a mãe e irmãos mais novos, já que seu pai havia falecido (também nesta mesma casa) e local onde sua mãe casou novamente e teve mais dois irmãos desse segundo casamento.

A mesma rememorou ainda que a casa era de taipa, que todo ano passavam por situações de desastres com as enchentes e que houve um tempo que tais situações ficaram estagnadas, até o ano de 2011, onde ocorreu a cheia do Rio Branco, momento que teve que sair de sua casa, com ajuda dos bombeiros. A entrevistada também mencionou as reformas que aconteceram na casa, dos aterros para que a casa ficasse mais alta e não alagasse mais, da transição da casa de taipa para a casa de alvenaria e também das festas que aconteceram anualmente em datas comemorativas. Atualmente, a utilização de taipa em habitação é mais comum em áreas rurais, na cidade quando isso ocorre é em função da pobreza econômica dos residentes.

Entretanto, a relação simbólica com a casa se dá a partir do momento que o sujeito atribuía esse sentido a habitação, isto é, a eleja como seu abrigo e lugar no mundo. Assim, a casa tem a potência de localizar o sujeito em um espaço indiferenciado, essa demarcação física é substancial para o processo de identificação do sujeito com o ambiente, o que podemos denominar de identidade de lugar - pois a experiência de vida está marcada nos lugares, principalmente na casa. Neste sentido, a casa, conforme Seemann (2003), é um lugar concreto onde acontecem os eventos, acontecimentos históricos, práticas cotidianas e as representações visuais e não visuais (mapas, fotos, músicas) que podem servir como referências espaciais para a memória, apesar de a memória ser um processo interno a mesma necessita de um espaço para ser ativada e estimulada.

Como já discutido, a imagem conjunta das casas de madeiras na encosta do Rio Branco, engendrou estereótipos negativos do local. A própria imagem que uma das entrevistadas explicita são de que as casas são feias e as comparou à currais, por serem feitas de madeira e, muitas delas, por estarem na encosta do Rio Branco. Esse antagonismo nos remete à acepção de *trincheiras espaciais simbólicas*, proposta por Neves (2016), no qual há, na interseção das áreas em contradição, tensões e conflitos que surgem diante do antagonismo social produzido no espaço.

O autor supracitado afirma que a edificação (casa) é o principal objeto formador das trincheiras, no entanto a demarcação causada por tais edificações surge de maneira naturalizada pelos cidadãos e produzem fronteiras entre um lugar e outro, tornando perceptíveis os antagonismos habitacionais na cidade.

Visualizando as trincheiras de uma forma macro, é possível perceber na cidade de Boa Vista a existência de antagonismos nas edificações dos bairros mais próximos ao centro e bairros mais afastados deste. De forma micro, podemos apontar as trincheiras no próprio centro, onde existe, ao lado de casarões de famílias mais abastadas e do centro histórico, as casas do chamado “Beiral”. E mais, dentro do próprio beiral, existem trincheiras separando as ruas que compõem a área. Diante disso, a trincheira é objetiva e subjetiva, são processos estritamente conectados, onde o local demarca os antagonismos pelo objeto edificação e o morador internaliza a fragmentação do espaço e o naturaliza. Desta forma, o morador é discriminado por pertencer ao local e se auto-discrimina, simultaneamente.

Entretanto, mesmo o bairro tendo uma imagem negativa, sua localização geográfica foi realçada pelos moradores como fator positivo: próximo ao centro, perto da área comercial e do terminal de ônibus. Frente a isto, a localização perto de equipamentos urbanos e de áreas de consumo qualifica o bairro positivamente em detrimento dos vínculos de vizinhança, da vila de pescadores e da história do bairro. Com isto, constatou-se um jogo de representações internas engendradas no bairro, ora negativas ora positivas. A imagem externa do bairro, produzida socialmente, é puramente negativa e estereotipada, na qual concebe o Caetano Filho como um local inadequado para moradia, marginalizado, ponto de consumo/venda de drogas e prostituição.

O Imaterial

O trecho a seguir é um recorte da discussão do sub-projeto: Cidade e Cultura na Amazônia: Um estudo psicossocial com um grupo de quadrilha junina de Boa Vista/RR.

Há diversas definições para designar o que é cultura, aqui, utilizamos o termo cultura para expressar a produção simbólica de um grupo e/ou sociedade. Logo, traz-se como exemplo, e objeto de estudo, a quadrilha junina, expressão da cultura popular, a cultura que o povo faz no seu cotidiano e nas condições em que ele o pode fazer. E, é nesse fazer que se emprega e se percebe toda a riqueza das experiências, num ciclo de sentidos e significados marcantes para a população envolvida (BOSI, 1987).

Para Silva (2008), a cultura popular brasileira, é um estoque inesgotável de conhecimentos, sabedorias, tecnologias, maneiras de fazer, pensar e ver nossas relações sociais e, nessa exata medida, um lugar em que é possível apreender o sentido do

viver da população, atentando-se para as diversas maneiras de compreender e interpretar o real, a vida e a condição humana de dada localidade.

Vale destacar que há diversas formas de expressar a cultura popular e, em cada uma é possível observar a presença de elementos-chave na manifestação cultural. Sendo assim, apresentada como resultado da produção de um povo, estão as artes, o artesanato, as crenças, o folclore, os hábitos, as ideias, a linguagem, a moral, as tradições, os usos e os costumes. Frente a isto, pode-se concluir que a cultura popular surge das tradições e costumes da sociedade (BOSI, 1987).

É nesse sentido que investigamos a festa junina, tradição de origem francesa, trazida pelos lusitanos na época da colonização do Brasil. Hoje a festa sofreu transformações, e se adequou ao contexto brasileiro. Em Portugal, era vinculada aos santos da igreja católica, a saber, Santo Antônio, São João e São Pedro, respectivamente nas seguintes datas, 13, 24, e 29 de junho. Mas é São João o grande homenageado, sendo a festa, a princípio, denominada de festa “joanina” (COSTA, 2012). Antes de se tornar uma festa vinculada ao catolicismo, historiadores explicam que as celebrações já eram realizadas bem antes da era cristã na região da França, eram os rituais de agradecimento pela boa colheita. A comemoração acontecia no solstício de verão, que no hemisfério norte se dá por volta da terceira semana de junho, sendo nesse período que se tem os dias mais compridos e noites mais curtas do calendário (ANTONELLI, 2006).

De acordo com Melo (2006) “a tradição dos festejos juninos tem sua derivação das homenagens aos deuses pagãos quando as populações campestres festejavam as colheitas em toda a Ásia, África e Europa” (p.1). Assim, verifica-se que os povos antigos já comemoravam o período regado com o calor do fogo, muita bebida e comida. Eram celebrações em prol da fertilidade e também para rogar a seus deuses para que eles trouxessem fartura na próxima colheita. Com a evangelização que ocorria na Europa durante a Idade Média, o ritual que era tido como pagão foi incorporado ao calendário cristão e com isso ganhou cunho religioso. Como já mencionado, a festa foi trazida pelos portugueses, mas houve a contribuição dos espanhóis, holandeses e franceses, originando diversos tipos de celebrações nas mais diferentes regiões do Brasil (AMARAL, 1998). Deste modo, pode-se afirmar que essa mistura entre festas cristãs de santos e folguedos pagãos recriam até hoje novas práticas culturais. Porém, o povo brasileiro, com sua diversidade cultural, por causa da miscigenação étnica entre índios, africanos e europeus, entre outros, gerou diversas expressões culturais, dando um sentido característico para a festa.

No Brasil, a comemoração dos festejos juninos foi associada ao solstício de inverno, por ser a estação climática correspondente ao período, coincidindo com a colheita do milho e da mandioca, ingredientes básicos das comidas típicas da festa. Como esta foi incorporada rapidamente aos costumes locais, a festa virou símbolo da cultura brasileira, exibida com muita exuberância em seus trajes, danças, músicas, brincadeiras e comidas típicas (AMARAL, 1998; COSTA, 2012).

Frente ao contexto, as festas juninas foram se disseminando por todo o Brasil, seguindo o ritmo das migrações constantes dentro do país. Com isso, a festa chegou as regiões de seringais, caso da região Norte, onde foi se fundindo aos hábitos da cultura local (COSTA, 2012). Em relação ao estado de Roraima, composto a princípio por migrantes nordestinos e indígenas, tal festa foi incorporada aos costumes locais. A região chamou a atenção de muitos migrantes por causa dos garimpos abertos na segunda metade do século XX, como já foi exposto nos antecedentes históricos. A capital do Estado, Boa Vista, recebeu o maior número desses migrantes resultando numa miscigenação bastante diversificada, pois seus moradores são compostos da mistura das populações, em sua maioria, indígenas, nordestinos, japoneses, árabes, dentre outros.

No que concerne, a cultura popular de Boa Vista (RR), caracterizou-se pelas festas religiosas e também folclóricas, seus espaços culturais apresentam a manifestação artística de forma variada, devido a presença de várias culturas trazidas por seus migrantes oriundos de outros estados brasileiros, como: Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio Grande do Sul, entre outros, resultaram na diversidade cultural que se encontra na cidade (ALBUQUERQUE, 2013). Tratando-se do resultado das influências e contribuições dos povos que chegaram à cidade, o Nordeste brasileiro também deu grande contribuição à cultura local com seus valores, crenças, objetos e celebrações da cultura popular. É no Nordeste brasileiro que os festejos juninos mais se destacam pelo grau de importância que a população despense ao evento festivo, pois a festa chega a ultrapassar as comemorações do Natal, consolidando-se como principal festa cristã (AMARAL, 1998).

Albuquerque (2013) comenta que, levando-se em consideração à história de Roraima com projetos de colonização do então Território, as quadrilhas juninas foram praticadas inicialmente pelos migrantes maranhenses, por meados da década de 1960, na região de Mucajaí interior do Estado. Entretanto, nos últimos anos, foi em Boa Vista que a festa junina se consolidou, tendo como principal atração a apresentação das quadrilhas juninas, já inserida no calendário de eventos culturais da cidade.

Conclusão: Representações Cidades

A discussão a ser apresentada é síntese das análises realizadas sobre a cidade de Boa Vista, utilizando como referência os aspectos históricos e discussão dos sub-projetos mencionados no texto acima. Diante disso, considerou-se que à cidade tem uma hierarquia dos lugares (LEFEBVRE, 2001) e, cada lugar, constitui para o sujeito lócus de formação da experiência com o todo da cidade, ou seja, o município, o lugar constitui para o indivíduo referências concretas e simbólicas a respeito da relação dialética entre homem/cultura/ambiente. Aqui, apropria-se da noção de ambiente descrita por Linton (1976), o qual salienta que o termo ambiente inclui tudo envolta e em contato com o indivíduo, envolve os objetos, as pessoas, fenômenos naturais e a cultura, assim, segundo este autor “É através de seus efeitos sobre o ambiente que a cultura pode influenciar a experiência e, através da experiência a personalidade. Embora nunca inteiramente produto da cultura de seu grupo, o ambiente do indivíduo em muitos pontos é influenciado pela cultura” (p. 463).

À rigor, pode-se conjecturar que na relação homem e ambiente, as experiências dos indivíduos são construídas na cultura e na vivência do lugar “de maneira que os lugares são experiências entre o cognitivo e o emocional” (GIULIANNI, 2004, p. 93), e constitui referência da sua orientação no mundo – origem, memórias, sentimentos e identidades.

Ato contínuo, a cultura encontra-se inserida em dada sociedade numa dialética ininterrupta, a qual ambas são reciprocamente dependentes. A noção de sociedade trazida aqui se diz de um “grupo de pessoas que vivem e trabalham juntas durante um período de tempo suficientemente longo para se organizarem e se considerarem como formando uma unidade social [...]” (LINTON, 1976, p. 107). Este autor, explica que cultura e sociedade enquanto unidades funcionais, não podem existir sem relações de reciprocidade uma com a outra. É a posse de uma cultura comum que dá à sociedade sua unidade psicológica. O entrelaçamento delas permite aos membros “viverem e trabalharem em conjunto, com um mínimo de confusão e de interferência. Ao mesmo tempo, pelo seu comportamento, a sociedade dá à cultura uma manifestação expressa, transmitindo-a de geração a geração” (IBIDIM, p. 279).

No caso do Brasil, o Estado de Roraima, compõe um cenário culturalmente diversificado em função das fronteiras transnacionais e dos povos indígenas. É através do Estado que muitas vezes se organiza a territorialidade, as fronteiras políticas, jurídicas e culturais do território e, “ese elemento definidor de territorialidades genera organización y unidades socioespaciales, que incluyen rasgos culturales y modos de

vida diversos [...] (MARTINEZ, 2002, p. 58). Na relação indivíduo e ambiente na história de Roraima, é possível postular que as cidades que compõem o Estado são heranças de um processo multicultural ainda em andamento. A situação de fronteira fomenta um modo de vida intercultural e há uma linha tênue entre o modo de vida urbano e rural.

Entretanto, entende-se que em determinadas áreas do território estadual os modos de vida tradicional permanecem, mas esses espaços concretos estão sendo absorvidos cada vez mais pela sociedade urbana que, de acordo com Lefebvre (2001), é impulsionada pelo processo de industrialização no sistema capitalista, o qual transforma o espaço em mercadoria e desenvolve estratégias de produção do espaço, transformando-os em áreas homogêneas. O capital modela a cidade a partir da relação mercantil. Cada parcela do território passa agregar valor econômico, político e cultural, contudo, há lugares nas cidades, normalmente vinculados a grupos/e ou povos com modos de vida tradicional, situados em áreas específicas, que escampam à lógica da mercantilização.

Partindo do pressuposto, que a ocupação da cidade passa ser operada para investimento do capital, tem-se que todo território será paulatinamente absorvido pelo tecido urbano, nessa concepção, são os espaços planejados que incluem: as infraestruturas; vias de locomoção e transporte; tecnologia da informação; áreas bancárias; o centro comercial e os equipamentos urbanos.

No que concerne a hierarquia dos espaços na cidade, a mesma se dá pela concentração dos recursos econômicos e infraestrutura, a ausência destes são os espaços pauperizados e estereotipados negativamente, como o bairro Caetano Filho, aqui analisado. A imagem coletiva negativa do bairro sobrepõe às experiências pessoais, ofuscam a historicidade local e torna invisíveis as heranças multiculturais formadoras de hábitos locais.

Frente a tal, indaga-se sobre qual seria a representação do lugar? A ideia do Caetano Filho ser uma vila de pescadores desaparece, o relevo se torna a carência econômica, as casas de madeira, a prostituição e o tráfico de drogas são prementes, refletindo o negativo no imaginário social dos demais bairros da capital. Como diz Massey (2008), o espaço tem camadas, o que está aparente no bairro, são os objetos concretos, os comportamentos, a ausência de assistência pública, ou seja, um lugar somente com elementos negativos. O espaço na sociedade urbana é estratégico, a valorização do mesmo tem relação direta com o capital, no caso do Caetano Filho, o setor imobiliário e os órgãos públicos não tiveram, ainda, interesse em promover um processo de reorganização urbana em uma área de risco ambiental e de vulnera-

bilidade social, construindo equipamentos urbanos, contemplando a reurbanização da área ocupada.

Entretanto, essa medida não é tão simples, pois existe um modo de vida local que precisa ser respeitado e considerado em tal processo. Outro elemento, que dificulta tal medida, tem relação com o centro comercial, área adjacente ao bairro. O centro comercial facilita para os moradores a compra de produto diversos, acesso ao trabalho e transporte público próximo. Então, qualquer intervenção pública deverá considerar variáveis que vão desde o modo de sobrevivência no bairro até mesmo o consumo de seus moradores.

Quanto a esse último, pode-se afirmar que a sociedade urbana implica um modo de vida centrada no consumo e cada vez mais se espalha no território citadino, incutindo, lentamente, em comunidades tradicionais uma lógica do capital, o valor de troca em detrimento do valor de uso, o espaço do aparente em detrimento a essência e/ou das raízes culturais.

Partindo dessa lógica, a cidade de Boa Vista, é um lugar trans-fronteiriço em que o urbano e rural se imbricam na diversidade de cultura dos grupos que aqui habitam. Entende-se que como o processo histórico de formação do Estado é recente, os resíduos culturais e grupos sociais, incluindo os povos indígenas, cada vez mais desaparecem no modo de vida citadino, ou seja, são absorvidos pelo processo da sociedade urbana.

O espaço vivido da cidade é permeado ainda hoje pelos empréstimos culturais, advindo das experiências provindas dos povos originários, dos migrantes nacionais e internacionais. As múltiplas culturas fomentam modos de vida em um território híbrido em transição de valores: do rural para o urbano. Lefebvre (2001) expõe que “A vida urbana não começou. Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas as ‘ideias’ e ‘valores’, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de predomínio rural e ‘natural’ (p. 107).

Esse pensamento de Lefebvre se refere a transição das cidades europeias no século XIX para XX, contudo podemos transpor essa reflexão com devidas ressalvas para as cidades brasileiras, aqui, especificamente, para a capital do Estado de Roraima, e perceber em seu percurso a implementação de modos de vida centrado na hierarquização dos espaços e na transformação cultural. Conforme apresentado no histórico de Boa Vista, ficou explicitado a transição de um espaço ocupado pelos povos indígenas em um espaço dominado pelos interesses dos colonizadores e posteriormente (re)formado pelo contingente plural de migrantes.

Como escopo, utilizamos as quadrilhas Juninas em Boa Vista, uma manifestação cultural importada e oriunda da tradição rural, que está sofrendo um processo contínuo de adaptação as necessidades da vida urbana. Assim sendo, primeiramente, a quadrilha perdeu o seu caráter religioso ou ligado a festividade religiosa. No segundo momento foi transposto o lugar de manifestação da quadrilha, outrora pátio da igreja ou arraial em casas, para lugares públicos construídos especialmente para apresentação da Quadrilha Junina. Um terceiro momento, transformaram a apresentação dos grupos em uma competição, quanto a esse elemento, em uma entrevista realizada durante a pesquisa a depoente comentou que adorava as competições, acreditava que o desafio dos quadrilheiros era buscar a perfeição da apresentação para ganhar a competição.

A quadrilha então transita da esfera cultural festiva e tradicional para a esfera cultural competitiva e moderna. Ao deslocar uma prática cultural de um lugar para o outro, há a incorporação da experiência do habitar na cidade. Um local com ritmos, arquitetura e modo de vida diferenciados do campo. Nessa lógica, a relação de convivência com práticas culturais sofre uma pressão para a adequação da realidade do modo de vida urbano: as vestimentas, as músicas e os passos de dança. Os jovens citadinos re-atualizam as práticas culturais, no caso da quadrilha junina, transformam-na em espetáculo competitivo.

Deste modo, as quadrilhas se tornaram profissionais e hoje várias pessoas contribuem com elas, seja como gestores, coordenadores, brincantes, coreógrafos, compositores, etc. Entende-se que a cultura tem um papel importante na subjetividade das pessoas, considerando que a prática de quadrilhas juninas influencia no modo de vida e na formação de identidade dos seus componentes e muitas vezes também da comunidade onde estão inseridas. Como a cultura é dinâmica e possui uma temporalidade própria, resta saber: como ficará, nesse contexto, a referência da tradição das quadrilhas juninas e em que medida contribui para o processo de identidade dos participantes? Da mesma forma, nos questionamos em que medida a cultura ressignifica o lugar, mesmo este lugar localizado em uma área de risco e vulnerabilidade social? São questões que devem ser discutidas e investigadas em pesquisas futuras.

Recebido em dezembro de 2016, aprovado em fevereiro de 2017.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, T. K. A. de **As quadrilhas juninas e suas transformações culturais nos festivais folclóricos em Boa Vista-Roraima (2001-2011)**. 2013. 154 f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

AMARAL, R. C. M. P. **Festa à Brasileira: significados de festejar num país que “não é sério”**. 1998. 387 f. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ANTONELLI, D. Nuances atualizadas de uma cultura fragmentada: Festas folclóricas típicas do Brasil que parecem estar esquecidas do imaginário popular são realimentadas pelo CD São João Pra Dançar. **Revista internacional de folkcomunicação**. v. 4, n. 8. 2006. Acesso em: 7 jun, 2014.

ASSIS, A. A. de. et al. **Série Monográfica – 1 – Município de Boa Vista**. Território Federal de Roraima/Secretaria de Educação e Cultura. Boa Vista, 1987.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. CENSO, 2010.

BOSI, A. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, G. [et al]. **Cultura brasileira: tradição e contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / FUNARTE, 1987. p. 31-58.

CARLOS, A. F. A. **A Cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, C. A. **Festa junina: síntese de uma mistura cultural**. 2012. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (habilitação em Licenciatura: Artes Visuais), Instituto de Artes, Departamento de Artes Visuais, Universidade de Brasília. 2012.

GIULIANI, M. V. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In TASSARA, E. T. O., RABINOVICH, E. P., GUEDES, M. C. (Orgs.). **Psicologia e ambiente**. São Paulo: EDUC, 2004.

HIGUCHI, M. I. G.; LEMOS, S. M. A produção do ambiente urbano como dimensão psicossocial de vivências historicamente constituídas. In: BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GESSER, M. (Org.). **Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos**. Florianópolis: ABRAPSO- NUPPE/CFH/UFSC. 2013.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LINTON, R. **O Homem: Uma introdução à Antropologia**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARTINEZ, M. V. **Las Fronteras Como Espacios de Integración**. Caracas: Fondo Editorial Trópykos, 2002.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: Uma Nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELO, J. E. Quadrilha estilizada, hibridização, resistência, ou uma invenção da tradição?. In: **XIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília, 2006.

MIRANDA, A. G. de. **Perfil Territorial do Estado de Roraima**. Boa Vista: GTE/RR, 2003.

MUSSATO, O. B. **Urbanização e segregação socioespacial**: uma análise da área de ocupação irregular Monte das Oliveiras em Boa Vista (RR). 2011. 122 f. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NEVES, L. R. **Psicossociologia Urbana**: Catástrofe Socioambiental de Enchente- Um estudo de caso. Curitiba: Juruá Editora, 2016.

_____. Cidade Planejada versus Cidade Corrompida: aspectos da desigualdade e da vida urbana. In: MÊLO, J. L. B; LOPES, J. R. (Orgs.). **Desigualdades sociais na América Latina**: outros olhares, outras perguntas. São Leopoldo: Oikos, 2010.

PONTE, A. Q.; BOMFIM, Z. A. C.; PASCUAL, J. G. Considerações teóricas sobre identidade de lugar à luz da abordagem histórico-cultural. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 27, n. 59, p. 345-354. Acesso em: 01 fev, 2014.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SEEMANN, J.(2003) O espaço da memória e a memória do espaço: algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 4, n. 5, p. 43-53. Acesso em: 10 fev, 2014.

SILVA, R. M. C. Cultura popular e a educação. In: SILVA, R. M. C. (Org.). **Cultura popular e educação**: salto para o futuro. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008. p. 07-11.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEI, 1983.

VASCONCELOS, N. A. de. Qualidade de vida e habitação. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia Social e Comunitária**: da solidariedade à autonomia. 13. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VERAS, A. T. de R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima.** 2013. 235 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIEIRA, J. G. **Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima:** a disputa pela Terra. Boa Vista, RR: Editora UFRR, 2007.

